continuação

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL E MATERNIDADE DR. ODELMO LEÃO CARNEIRO

CNPJ nº 61.699.567/0026-40

finem que a concedente será o proprietário dos bens adquiridos. Isto é, o órgão púbico é que reconhece a propriedade do ativo, o concernente, apenas usufrui do uso do bem na sua atividade. Os bens de terceiros, no final do exercício 2023 foram reclassificados para as contas de Ativo e Passivo Compensado para uma melhor evidenciação dos ativos utilizados nas atividades, assim as contas de Imobilizado de Bens de Terceiros nas contas Patrimoniais no final de 31/12/2023 estarão com saldos zero. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2023

Descrição	Posição em 31/12/2022	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2023
Imobilizado -Bens de Terceiros	**7.167.584,11**	**1.512.885,34**	**0,00**	**8.680.469,45**
Bens Móveis	**7.167.584,11**	**1.512.885,34**	**0,00**	**8.680.469,45**
Apar Equip Utens Med Odont Lab	4.635.956,43	755.701,21	0,00	5.391.657,64
Equip Processamento de Dados	550.616,24	115.613,32	0,00	666.229,56
Mobiliário em Geral	962.354,79	243.824,72	0,00	1.206.179,51
MaqUtens e Equip Diversos	339.426,80	349.166,51	0,00	688.593,31
Aparelhos de Medição	237.550,60	0,00	0,00	237.550,60
Apar e Equip Comunicação	13.137,35	0,00	0,00	13.137,35
Apar e Utens Domésticos	199.086,77	860,3	0,00	199.947,07
Equip p/Áudio Vídeo e Foto	85.255,38	41.118,00	0,00	126.373,38
Maq Ferram e Utens de Oficina	50.194,31	6.601,28	0,00	56.795,59
Softwares	94.005,44	0,00	0,00	94.005,44
Total Imobilizado - Terceiros	**7.167.584,11**	**1.512.885,34**	**0,00**	**8.680.469,45**

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2023 totalizaram R$ 1.512.885,34 dos quais solicitamos a Prefeitura Municipal de Uberlândia os Termos de Permissão de Uso dos Bens Moveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.7.1-Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais abaixo, de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Em linha com a atualização e reestruturação do plano de contas no ano de 2023, as contas de depreciação do ativo imobilizado da Instituição se apresentam com modificações em relação a estrutura encerrada no exercício anterior, porém no entanto sem modificar o valor contábil dos ativos. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo de Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis em 2023

Descrição	Posição em 31/12/2022	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2023	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros	**-3.666.246,02**	**0,00**	**0,00**	**-3.666.246,02**	%
Bens Móveis	**-3.666.246,02**	**0,00**	**0,00**	**-3.666.246,02**	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	-2.584.005,66	0,00	0,00	-2.584.005,66	10
Equip Processamento de Dados	-107.988,13	0,00	0,00	-107.988,13	20
Mobiliário em Geral	-389.292,10	0,00	0,00	-389.292,10	10
MaqUtens e Equip Diversos	-227.502,26	0,00	0,00	-227.502,26	10
Aparelhos de Medição	-102.227,89	0,00	0,00	-102.227,89	10
Apar e Equip Comunicação	-6.867,09	0,00	0,00	-6.867,09	10
Apar e Utens Domésticos	-82.366,02	0,00	0,00	-82.366,02	10
Equip p/Audio Vídeo e Foto	-65.026,77	0,00	0,00	-65.026,77	10
Maq Ferram e Utens de Oficina	-10.402,05	0,00	0,00	-10.402,05	10
Softwares	-90.568,05	0,00	0,00	-90.568,05	10
Total do Ajuste Acumulado	**-3.666.246,02**	**0,00**	**0,00**	**-3.666.246,02**	

3.8-Obrigações Trabalhistas: De acordo com o Art. 76 da CLT – Salário é a Contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **3.9-Obrigações Tributárias e Previdenciárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 31.12.2023 totalizou R$ 509.408,45. **3.10-Fornecedores e Prestadores de Serviços***:* As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, tanto de pessoas físicas, quanto pessoas jurídicas pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, limpeza e vigilância, portaria e serviços de reforma. **3.11-Subvenções e Parcerias a Realizar:** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2023 representa R$ 104.021.000,92. **3.12-Contas a Pagar:** São valores que correspondem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. Totalizam-se em 31.12.2023, R$ 125.013,09. **3.13-Materiais de Terceiros em nosso poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2023 esses valores totalizaram R$ 324.288,96. **3.14-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso das Provisões de Férias e Encargos, foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.15-Provisões oriundas de Contingências:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Não houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável". O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R$ 9.348.142,15, não havendo nenhum processo com a possibilidade de perda tida como "remota". No exercício de suas atividades em 2023, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações com a possibilidade de perda tida como "possível", o montante chegou a R$ 190.835,99 conforme quadro abaixo:

HMMDOLC

Contingências Passivas

Trabalhista			Cível		
Provável	**Possível**	**Remota**	**Provável**	**Possível**	**Remota**
29.145.073,63	190.835,99	0,00	0,00	9.348.142,15	0,00

3.16-Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4-Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1-Rendimentos s/Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2023 tais valores representam o montante de R$ 386.560,46. **4.2-Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3-Doações Recebidas em Bens e Mercadorias:** No exercício de 2023 a unidade gerenciada recebeu o valor de R$ 82.478,21 a título de doações em medicamentos, materiais médico-hospitalares e equipamentos, com a finalidade de promover a prevenção, proteção e apoio no tratamento aos pacientes necessitadose. **4.4-Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício 2023, a SPDM – Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567.0026-40 – Recurso Municipal

Convênios/Contratos	Natureza	R$
Contrato de Gestão nº 366/2017 – 16º TA	Municipal	103.861.776,96
Contrato de Gestão nº 366/2017 – 17º TA+10ºApostilamento	Municipal	63.702.638,40
Contrato de Gestão nº 366/2017 – 18º TA	Municipal	20.433.423,08
Contrato de Gestão nº 366/2017 – 19º TA	Municipal	25.181.526,55
Contrato de Gestão nº 366/2017 – 20º TA	Municipal	28.583.661,29
Total		**241.763.026,28**

5–Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2022 e 2023, respectivamente. **6–Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos pactuados na ordem de R$238.058.381,03 (duzentos e trinta e oito milhões, cinquente e oito mil, trezentos e oitenta e um reais e três centavos), acrescidos de Outras Receitas no valor de R$534.696,50 (quinhentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R$274.300.617,20 (duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos mil, seiscentos e dezessete reais e vinte centavos), encerrando o exercício com um resultado **deficitário** no valor de R$35.707.539,67 (trinta e cinco milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos). Devemos considerar, em relação ao resultado operacional adverso, o fato de que os valores pactuados no contrato de gestão, não foram repassados em sua integralidade no exercício anterior, impactando os resultados no exercício seguinte. Contudo, o Hospital manteve sua demanda de atendimentos no período, contribuindo para o aumento das despesas operacionais, o que também elevou significativamente o valor deficitário. Ainda, a elevada provisão para contingências neste ano, apontam no aumento nos custos do exercício e prejudicam os resultados da unidade. A unidade mantém constantemente esforços para garantir que os recursos obtidos sejam utilizados de forma eficiente e, que os custos operacionais com mercadorias e serviços de terceiros sejam reduzidos, sem que isso represente prejuízo na eficiência e na qualidade da prestação dos serviços ao público atendido. **7–Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2023 nesta unidade a seguinte produção:

Produção – 2023

Linha de Atendimento	SUS
Internações	16.306
Saída Hospitalar	16.521
Nº de paciente dia	68.760
Nº de Cirurgias	9.540
nº de Partos	3.284
Diárias de UTI - Total	20.219
Atendimento Ambulatorial - Total	33.352
Consulta médica	29.288
Atendimento não médico	1.673
HD/Cirurgia ambulatorial	2.391
SADT - Total	162.504
Nefro-dialítico	4.635

8–Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2023

	1º Semestre		2º Semestre		Total	
Linha de Contratação	**Contratado**	**Realizado**	**Contratado**	**Realizado**	**Contratado**	**Realizado**
Saída Hospitalar - Total	7.326	7.573	7.326	7.091	14.652	14.664
Saídas (UTI/UCI) - Total	1.296	1.363	1.296	1.312	2.592	2.675
Cirurgia [U/E+Eletiva] - Total	2.880	3.953	2.880	3.539	5.760	7.492
Procedimentos Invasivos	1.800	2.225	1.800	1.869	3.600	4.094
SADT Externo - Total	15.084	11.714	15.084	12.575	30.168	24.289
Atendimento Hospitalar(SIH/SUS)	7.200	8.091	7.200	8.909	14.400	17.000

8.1–Relatório de Execução Orçamentária

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2023

Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	241.007.186,36	755.839,92
Receitas Financeiras e Outras Receitas	1.691.559,31	-
Total das Receitas	**242.698.745,67**	**755.839,92**
Despesas	**Custeio**	**Investimento**
Despesas com Pessoal	193.396.131,64	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	79.391.600,22	1.512.885,34
Total das Despesas	**272.787.731,86**	**1.512.885,34**

9–Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2.023 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R$49.570.480,38. **9.1–Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2023, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R$ 39.891.649,40. Em 2022, a referida imunidade, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R$34.935.433,62. **9.2–Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2023 atingiu um montante de R$ 45.724,20. Em 2022, o referido valor de receita totalizou R$ 59.953,89. **9.3–Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).:** A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2023 foi de R$ 8.185.427,62. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2022, esse montante foi de R$ 6.453.413,10. **9.4–Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag).** A Entidade usufruiu da imunidade do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2023 o montante de R$ 1.447.679,16. Em 2022, o valor de R$ 1.269.794,30. **10–Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2023, o trabalho voluntário estatutário representou R$ 2.210,04; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R$ 9.408,24. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R$ 2.215,21; enquanto os outros trabalhos voluntários R$ 1.681,92. **11-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Uberlândia/MG, 31 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM | **Dra. Cristiane Ribeiro Ambrosio -** Diretora Técnica | **Rogério Marcos Reis -** Contador - CRC 1SP216.264/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Nota de Evento Subsequente:** Em 31/12/2023 houve o encerramento do Contrato de Gestão nº 366/2017, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2023. Considerando que o contrato de gestão encerrado possuía direitos e obrigações a serem realizados e/ou liquidados no exercício seguinte, a baixa desses saldos em contas de ativo e passivo foram realizadas no mês de fevereiro de 2024. Ainda em 29/12/2023, a SPDM e a Prefeitura de Uberlândia firmaram um novo Contrato de Gestão nº 641/2023 com valor global de R$ 121.332.771,06 (cento e vinte e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e um reais e seis centavos), com vigência a ser iniciada a partir de 01/01/2024 com término em 30/06/2024. Portanto a apropriação do referido contrato, foi registrada em contas de ativo e passivo no mês de assinatura do instrumento, ocorrida em dezembro de 2023. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela audito-**

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320240426200843033.

continuação

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL E MATERNIDADE DR. ODELMO LEÃO CARNEIRO

CNPJ nº 61.699.567/0026-40

ria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 03 de abril de 2024

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior

Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Página 3 de 3

272 cm -26 1933527 - 1

ETHOS ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ/MF nº 19.758.779/0001-37 NIRE: 31300106934

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022E 2023 em R$

Balanço Patrimonial / Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**19.470.507,95**	**32.150.520,90**
Disponível	**16.219.269,18**	**28.994.963,72**
Caixa	715.818,19	593.592,94
Bancos - Conta Movimento	73.973,74	6.361.792,31
Aplicações Financeiras	15.429.477,25	22.039.578,47
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	**3.251.238,77**	**3.155.557,18**
Duplicatas a Receber	5.482,50	102.389,12
Medições a Faturar	3.050.347,53	2.901.818,16
Impostos a Compensar	7.680,05	5.871,10
Adiantamento de Salário	75.728,69	33.478,80
Imóveis a Comercializar	112.000,00	112.000,00
Não Circulante	**69.381.236,11**	**33.671.610,19**
Realizável a Longo Prazo	**25.751.513,31**	**14.287.591,88**
Devedores em Conta Corrente	25.723.716,93	14.237.429,57
Depósitos Judiciais	27.796,38	50.162,31
Investimentos	**31.524.445,56**	**10.257.954,79**
Controladas e Coligadas - Equivalência Patrimonial	31.524.445,56	10.257.954,79
Imobilizado	**12.074.067,24**	**9.094.853,52**
Imobilizado geral	18.991.904,38	13.063.960,52
(-) Depreciação Acumulada	(6.917.837,14)	(3.969.107,00)
Intangível	**31.210,00**	**31.210,00**
Direitos de Uso	31.210,00	31.210,00
Total do Ativo	**88.851.744,06**	**65.822.131,09**

Balanço Patrimonial / Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**4.038.429,78**	**2.412.687,55**
Empréstimos e Financiamentos	119.850,00	179.775,00
Fornecedores	1.322.363,74	360.886,90
Obrigações Trabalhistas	1.398.963,92	775.219,69
Obrigações Sociais e Tributárias	1.197.252,12	1.096.805,96
Não Circulante	**37.130.122,75**	**21.452.402,62**
Exigível a Longo Prazo	**37.130.122,75**	**21.452.402,62**
Empréstimos e Financiamentos		119.850,00
Credores em Conta Corrente	37.130.122,75	21.332.552,62
Patrimônio Líquido	**47.683.191,53**	**41.957.040,92**
Capital Social	21.505.700,00	21.505.700,00
Reservas de Lucros	26.177.491,53	20.451.340,92
Total do Passivo	**88.851.744,06**	**65.822.131,09**

Notas Explicativas: 1) Contexto Operacional: A **Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A**, é uma sociedade anônima fechada, com sede em Belo Horizonte (MG), Estado de Minas Gerais, tem como atividade principal, a prestação de serviços na área da construção civil voltada para a execução de obras viárias federais e estaduais, por conta própria ou através de SCPs – Sociedades em Conta de Participação. **2) Base de Preparação: 2.1**- As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2** - **Sociedades em Conta de Participação**: As SCPs - Sociedade em Conta de Participação onde a Ethos é sócia ostensiva, as transações foram registradas a partir da data do registro do lançamento contábil, enviados de forma eletrônica ao Sistema Público de Escrituração digital - SPED ECD. 2.3 – Todas as afirmações da administração da sociedade em termos de apresentação e divulgação encontram-se adequadamente classificadas, descritas e evidenciadas, atendendo aos aspectos de "integridade", "direitos e obrigações", "avaliação e locação", bem como de "existência ou ocorrência". Foram objeto de autorização pelos acionistas e administradores objetivando a evidenciação tanto da posição contábil, como do resultado das operações e do fluxo de caixa da empresa. **3) Principais Práticas Contábeis: Caixa e equivalentes de caixa** (Caixa e Bancos Conta Movimento): Há disponibilidades em depósitos bancários à vista. Há também, aplicações financeiras de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo. **Contas a Receber** (Duplicatas a Receber e Medições a Faturar): São valores decorrentes da prestação de serviços a clientes, ou oriundos de outras transações, transações essas inerentes as suas atividades. Estão demonstrados nestas contas os valores consolidados de serviços faturados e não recebidos no final do exercício e ainda os valores de obras executadas e não faturadas, conforme contratos. **Tributos a Recuperar**: Estão registrados nesta conta valores relativos a crédito de retenção. **Participação Societárias em SCPs**: Os valores lançados são originados das transações financeiras com as SCPs, e seus sócios participantes. Além dos lançamentos nos livros da empresa na qualidade de sócio ostensivo, há também livros auxiliares específicos para escrituração das operações exclusivas de cada SCP, com a entrega do SPED ECD e ECF. Sendo utilizada a equivalência patrimonial para registrar o resultado do exercício apurado em cada SCP. A sociedade participa de empreendimentos através de SCPs, na condição de sócia ostensiva, onde os resultados são:

SCP	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido	% Participação	Investimentos Equivalência Patrimonial
SCP 31 Wanderlandia	10.000,00	-421.332,00	50,00%	-210.666,00
SCP 34 Boa Esperança	10.000,00	691.689,76	50,00%	345.844,88
SCP 43 BR 230 PA	10.000,00	1.217.237,26	50,00%	608.618,63
SCP 48 Comodoro	10.000,00	791.968,94	50,00%	395.984,47
SCP 49 BR 135 PI	10.000,00	-3.425.351,82	50,00%	-1.712.675,91
SCP 52 BR 316 MA	10.000,00	-1.278.553,72	50,00%	-639.276,86
SCP 53 M.Carmelo II DER	10.000,00	868.998,84	50,00%	434.499,42
SCP 54 BR 230 MA	10.000,00	1.255.931,82	50,00%	627.965,91
SCP 56 BR 153 TO	10.000,00	1.095.541,40	50,00%	547.770,70
SCP 580 BR 010 TO	10.000,00	1.122.304,72	50,00%	561.152,36
SCP 59 BR 010 TO	10.000,00	977.481,50	50,00%	488.740,75
SCP 60 BR 153 TO	10.000,00	3.925.819,70	50,00%	1.962.909,85
SCP 62 BR 101 BA	10.000,00	1.016.326,58	50,00%	508.163,29
SCP 65 BR 153 PA	10.000,00	4.826.191,62	50,00%	2.413.095,81
SCP 67 MG 367 DEER	10.000,00	995.216,86	50,00%	497.608,43
SCP 68 MG 367 DEER	10.000,00	-1.675.509,56	50,00%	-837.754,78
SCP 69 MG 190 DEER	10.000,00	2.597.644,06	50,00%	1.298.822,03
SCP 71 BR 153	10.000,00	838.790,18	50,00%	419.395,09
SCP 72 BR 158 PA	10.000,00	6.789.420,24	50,00%	3.394.710,12
SCP 74 BR 155 PA	10.000,00	-1.815.244,90	50,00%	-907.622,45
SCP 76 BR 155 PA	10.000,00	-119.749,70	50,00%	-59.874,85
SCP 78 BR 080 GO	10.000,00	1.634.685,38	50,00%	817.342,69
SCP 79 BR 316 PI Valença	10.000,00	-1.030.119,64	50,00%	-515.059,82
SCP 81 BR 155 PA	10.000,00	323.729,96	50,00%	161.864,98
SCP 83 BR 265 MG	10.000,00	61.538,32	50,00%	30.769,16
SCP 84 BR 020 BA	10.000,00	654.947,46	50,00%	327.473,73
SCP 85 BR 153 TO	10.000,00	2.504.316,52	50,00%	1.252.158,26
SCP 89 BR 135 PI	10.000,00	7.349.145,64	50,00%	3.674.572,82
SCP 91 BR 010 TO	10.000,00	-96.158,52	50,00%	-48.079,26
Total	**290.000,00**	**31.676.906,90**		**15.838.453,45**

A sociedade participa de empreendimentos através de SCPs, na condição de sócia participante, onde os resultados são:

SCP	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido Ajustado	% Participação	Investimentos Equivalência Patrimonial
644 BR 242 Lote 5	10.000,00	-444.621,54	49,95%	-222.088,46
SCP 39 Pavidez Br 262	10.000,00	443.313,32	25,00%	110.828,33
SCP 063 HWN/Ethos	10.000,00	2.426.565,84	50,00%	1.213.282,92
SCP 064 HWN/Ethos	10.000,00	150.822,86	50,00%	75.411,43
SCP 066 HWN/Ethos	10.000,00	1.872.144,14	50,00%	936.072,07
SCP 075 HWN/Ethos	10.000,00	4.536.706,28	50,00%	2.268.353,14
SCP 080 HWN/Ethos	10.000,00	17.434.023,30	50,00%	8.717.011,65
SCP 082 HWN/Ethos	10.000,00	5.174.242,06	50,00%	2.587.121,03
Total	**80.000,00**	**31.593.196,26**		**15.685.992,11**

Imobilizado: O Ativo Imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. **A avaliação do valor recuperável dos ativos:** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **Contas a Pagar** (Fornecedores): Estão registrados nestas contas todas as aquisições materiais e serviços tomados, observando-se o princípio da competência, com prazo médio de vencimento de 90 dias. Em função do prazo médio de vencimento, tal grupo de contas não está sendo objeto de Ajuste a Valor Presente (AVP). **Obrigações Sociais e Tributárias**: Foram registrados nestas contas os valores de INSS, FGTS e Contribuição Sindical a Recolher, IR, ISS, PIS/COFINS/CSLL retidas de terceiros a serem recolhidas, tendo ainda como registro nestas contas o PIS, COFINS, CSLL e IRPJ a serem recolhidos provenientes da apuração em 31 de dezembro de 2023. **Obrigações Trabalhistas**: Foram registrados nestas contas os valores de salários a serem pagos, sabendo-se que a sociedade tem por princípio o pagamento aos seus funcionários no último dia útil do mês. **Empréstimos e Financiamentos**: O financiamento do BDMG através FINAME, destina-se aquisição de Usina de Asfalto, tendo o contrato de financiamento, carência de 24 (vinte e quatro) meses e com prazo de pagamento em 96 (noventa e seis) parcelas, sendo que 88 (oitenta e oito) parcelas já foram quitadas e a última com vencimento em 15/08/2024. **Distribuição de Lucros**: A distribuição de dividendos para os acionistas da Ethos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. Foi apurado no Balanço lucro no valor de R$ 72.989.757,11 (Setenta e dois milhões, novecentos, oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e onze centavos). Aos acionistas foram distribuídos dividendos no valor de R$ 70.803.466,66 (Setenta milhões, oitocentos e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), sendo o saldo remanescente de R$ 2.186.290,45 (Dois milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos) transferido para a conta

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Realizado	Reservas de Lucros: Reserva Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2022	**21.505.700,00**	**20.451.340,92**	**-**	**41.957.040,92**
Ajuste Exercício	-	-	3.539.860,16	3.539.860,16
Lucro Líquido do Exercício:	-	-	72.989.757,11	72.989.757,11
Reservas Lucros	-	5.726.150,61	(5.726.150,61)	-
Distribuição Lucros	-	-	(70.803.466,66)	(70.803.466,66)
Saldo em 31.12.2023	**21.505.700,00**	**26.177.491,53**	**-**	**47.683.191,53**

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos

Discriminação	2023	2022
Receita Operacional Bruta	**339.693.961,70**	**237.210.924,37**
Receita de Serviços	56.811.517,31	66.599.277,02
Receita de Serviços - SCP,S	282.882.444,39	170.611.647,35
(-) Impostos s/ Prestação Serviços	(3.966.979,39)	(4.291.862,79)
Receita Líquida	**335.726.982,31**	**232.919.061,58**
(-) Custo dos Serviços Prestados	**(250.640.436,74)**	**(194.530.297,91)**
(-) Custo dos Serviços Prestados - SCP,S	(203.482.715,13)	(131.670.360,32)
(-) Custo dos Serviços Prestados	(47.157.721,61)	(62.859.937,59)
Lucro Bruto	**85.086.545,57**	**38.388.763,67**
Despesas/Receitas Operacionais	**(10.260.119,19)**	**(6.716.876,67)**
Despesas Administrativas	(8.418.606,91)	(5.981.517,00)
Receitas Financeiras	1.017.367,51	573.494,97
Despesas Financeiras	(325.836,56)	(311.641,60)
Despesas Tributárias	(341.007,59)	(219.585,70)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	756.694,50	751.297,35
Encargos de Depreciação	(2.948.730,14)	(1.528.924,69)
Resultado Operacional	**74.826.426,38**	**31.671.887,00**
Provisão para Contribuição Social	(705.113,25)	(745.516,61)
Resultado Antes do IR	**74.121.313,13**	**30.926.370,39**
Provisão para Imposto de Renda	(1.131.556,02)	(1.423.625,16)
Resultado do Exercício	**72.989.757,11**	**29.502.745,23**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Discriminação	Exercício Findo em 31/12/2023	Exercício Findo em 31/12/2022
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações	72.989.757,11	29.502.745,21
Resultado do Exercício		
Depreciação e Amortização	2.948.730,14	1.528.924,69
Reversão de Provisões	(475.347,22)	(405.269,46)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.539.860,16)	(156.047,84)
Redução (Aumento) em Equivalência Patrimonial	(79.399.729,26)	(38.941.287,03)
Resultado Líquido Ajustado	**(7.476.449,39)**	**(8.470.934,43)**
Redução (Aumento) em Duplicatas a Receber	96.906,62	(56.906,62)
Redução (Aumento) em Medições a Faturar	(148.529,37)	2.176.709,08
Redução (Aumento) em Adiantamentos	(42.249,89)	311.995,51
Redução (Aumento) em Impostos a Compensar	(1.808,95)	(5.871,10)
Redução (Aum.) em Imóveis a Comercializar	-	-
Aum. (Redução) em Fornecedores	758.064,08	81.100,59
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	34.438,42	524.288,34
Aum. (Redução) em Obrigs Trabalhistas	689.751,97	192.288,72
Caixa Líquido Gerado (Utilizado) em Atividades Operacionais	**1.386.572,88**	**3.223.604,52**
Recursos Líquidos Provenientes das Operações	**(6.089.876,51)**	**(5.247.329,91)**
Atividade De Investimento		
Aplicações em Investimentos	21.266.490,77	15.619.946,70
Aplicações no Imobilizado de Uso	5.927.943,86	8.216.141,01
Aplicações em Participações Societárias - SCP	4.333.648,70	9.434.946,31
Recebimento em Participações Societárias - SCP	31.787.563,49	3.748.287,53
Total da Atividade de Investimento	**63.315.646,82**	**37.019.321,55**
Atividade de Financiamento		
Distribuição de Dividendos	(70.803.466,66)	(18.612.000,00)
Pagamento de Empréstimos	(179.775,00)	(179.775,00)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos	(12.699,32)	(23.205,04)
Provisões Trabalhistas	994.476,13	475.347,22
Total da Atividade de Financ.	**(70.001.464,85)**	**(18.339.632,82)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes	**(12.775.694,54)**	**13.432.358,82**
Caixa e Equivs no Início do Exercício	28.994.963,72	15.562.604,90
Caixa e Equivs no Final do Exercício	16.219.269,18	28.994.963,72
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes	**(12.775.694,54)**	**13.432.358,82**

Reservas de Lucros a Realizar, ficando à disposição da assembleia para futura destinação. Declaramos sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas. Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2023.

Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A
Maria de Aquino Mendes Leite
Diretora Presidente
Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A
Juliane de Aquino Mendes Leite
Diretora
Contabilidade Jomar Ltda.
Marlene Raimunda Cruz - CRC/MG 27324

Parecer de Auditoria

Aos Administradores da **Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A.** Examinamos o Balanço Patrimonial da **Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A,** levantado em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas Demonstração de Resultado do Exercício, e Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, correspondente ao exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** A administração da **Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aceitas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e conseqüentemente inclui as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstancias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em nossa opinião, com base em nossos exames, a demonstração financeira representa adequadamente a posição patrimonial e financeira da **Ethos Engenharia de Infraestrutura S/A,** em 31 de dezembro de 2023, referente ao período encerrado naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados em bases uniformes em relação ao exercício anterior. Belo Horizonte, 22 de abril de 2024.

José Wellington de Oliveira CRCMG 47192

68 cm -25 1932848 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320240426200843034.